

O TURISMO ENQUANTO COMPONENTE DE UMA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS NO EXTREMO OESTE CATARINENSE

Adinor José Cappelleso¹

 <https://orcid.org/0000-0002-9833-672X>

RESUMO

O referencial da Cesta de Bens e Serviços Territoriais auxilia a analisar e conceber estratégias de atores e/ou regiões em dinâmicas alternativas aos sistemas intensivos de produção agrícola. A ênfase recai sobre a construção de diferentes qualidades em territórios de relações, mobilizando recursos endógenos. O presente artigo parte da seguinte questão: Em que medida os atores da região turística Caminhos da Fronteira estão construindo articulações para ativar recursos e valorizar sinergicamente produtos e serviços turísticos em ambiente rural? O levantamento de dados mobilizou entrevistas semiestruturadas com 28 empreendimentos turísticos, participação em seminários e palestras, em 2022 e 2023. Observou-se que a diversificação de recursos em ativação é favorecida pela articulação municipal entre os atores associativos, os quais passam a representar os privados junto aos atores públicos. Contudo, as ações para além da escala municipal ainda estão em estruturação, constituindo-se um desafio para encontrar sinergias regionais.

Palavras-chave: Agroturismo. Desenvolvimento Territorial. Ativos. Atores.

TOURISM AS A COMPONENT OF A BASKET OF TERRITORIAL GOODS AND SERVICES IN THE EXTREME WEST OF SANTA CATARINA ABSTRACT

The Basket of Territorial Goods and Services framework helps to analyze and design strategies for actors and/or regions in alternative dynamics to intensive agricultural production systems. The emphasis is on building different qualities within a territory of relationships, mobilizing endogenous resources. This paper begins from the following question: To what extent are actors in the Caminhos da Fronteira tourist region building connections to activate resources and synergistically value tourist products and services in a rural environment? Data collection mobilized semi-structured interviews with 28 tourist enterprises, participation in seminars and lectures in 2022 and 2023. It was observed that the diversification of resources in activation is favored by municipal articulation between associative actors, who begin to represent the private sector together with public actors. However, actions beyond the municipal scale are still being structured, which makes finding regional synergies a challenge.

Keywords: Agritourism. Territorial Development. Assets. Actors.

EL TURISMO COMO COMPONENTE DE UNA CANASTA DE BIENES Y SERVICIOS TERRITORIALES EN EL EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA RESUMEN

El marco de la Canasta de Bienes y Servicios Territoriales ayuda a analizar y diseñar estrategias para actores y/o regiones en dinámicas alternativas a los sistemas de producción agrícola intensiva. El énfasis está en construir cualidades diferentes en territorios de relaciones, movilizand recursos endógenos. Este artículo parte de la siguiente pregunta: ¿En qué medida los actores de la región turística de Caminhos da Fronteira están construyendo conexiones para activar recursos y valorar de manera sinérgica productos y servicios turísticos en un entorno rural? La recolección de datos involucró entrevistas semiestruturadas con 28 empresas turísticas, participación en seminarios y

¹ Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Pelotas. Mestre e doutor em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Câmpus São Miguel do Oeste. E-mail: adinor.cappelleso@ifsc.edu.br.

charlas en 2022 y 2023. Se observó que la diversificación de recursos en activación se ve favorecida por la articulación municipal entre actores asociativos, que pasan a representar al sector privado junto con actores públicos. Sin embargo, aún se están estructurando acciones más allá de la escala municipal, lo que hace que encontrar sinergias regionales sea un desafío.

Palabras clave: Agroturismo. Desarrollo Territorial. Activos. Actores.

INTRODUÇÃO

A análise de experiências de desenvolvimento em espaços rurais evidencia duas dinâmicas. Uma delas se orienta pela especialização produtiva e inserção em cadeias globais de *commodities*. A outra é baseada na ação proativa dos atores, orientada à valorização de recursos territoriais endógenos. Os estudos preliminares na Associação de Municípios do Extremo Oeste Catarinense (Ameosc) permitem apontar a existência concomitante dessas duas dinâmicas. As *commodities* têm maior expressão econômica e contemplam um maior número de atores, com destaque para a ascensão da cadeia do leite, que se somou a de suínos, aves, bovinos de corte, lavouras de grãos (soja, milho) e fumo. Como estratégias de ativação de recursos locais, destacam-se estabelecimentos familiares que produzem e agroindustrializam alimentos diferenciados e/ou que ofertam serviços de lazer, os quais vêm se expandindo (Tecchio *et al.*, 2021; Capellesso *et al.*, 2022; Lauermann; Capellesso; Gazolla, 2022).

O turismo regional se caracteriza pela oferta de serviços de lazer, iniciados com a estruturação de campings. Esses geralmente começaram a oferta mobilizando espaços junto a rios e açudes, com foco na pesca e no acesso à água para banho, e estruturas para práticas de esportes. Com o tempo, esse recurso natural vem sendo substituído por piscinas, que se somam a áreas de sombra, churrasqueiras e estruturas para práticas esportivas. Na última década registrou-se forte expansão nos serviços com criação de novos empreendimentos turísticos (ET), o que contribuiu para diversificar a oferta. Além dos já citados, é possível acessar: locais de pernoite (cabanas), trilhas na mata, cachoeiras, esportes de aventura (canoagem, voo livre, canionismo, rapel, tirolesa etc.), treinamento vivencial ao ar livre, visita a locais de produção de artesanato, de plantas ornamentais (cactáceas, suculentas, orquídeas) e de alimentos (agroindústrias, agroflorestas, abelhas sem ferrão, produção orgânica), ocorrendo degustação, colhe-pague, consumo de alimentos (café colonial, almoços típicos, lanches etc.), contato com animais exóticos e nativos, atividades religiosas (santuários, romarias) e culturais (festas e danças típicas), assim como visitas a museus e bioconstrução (Capellesso *et al.*, 2023).

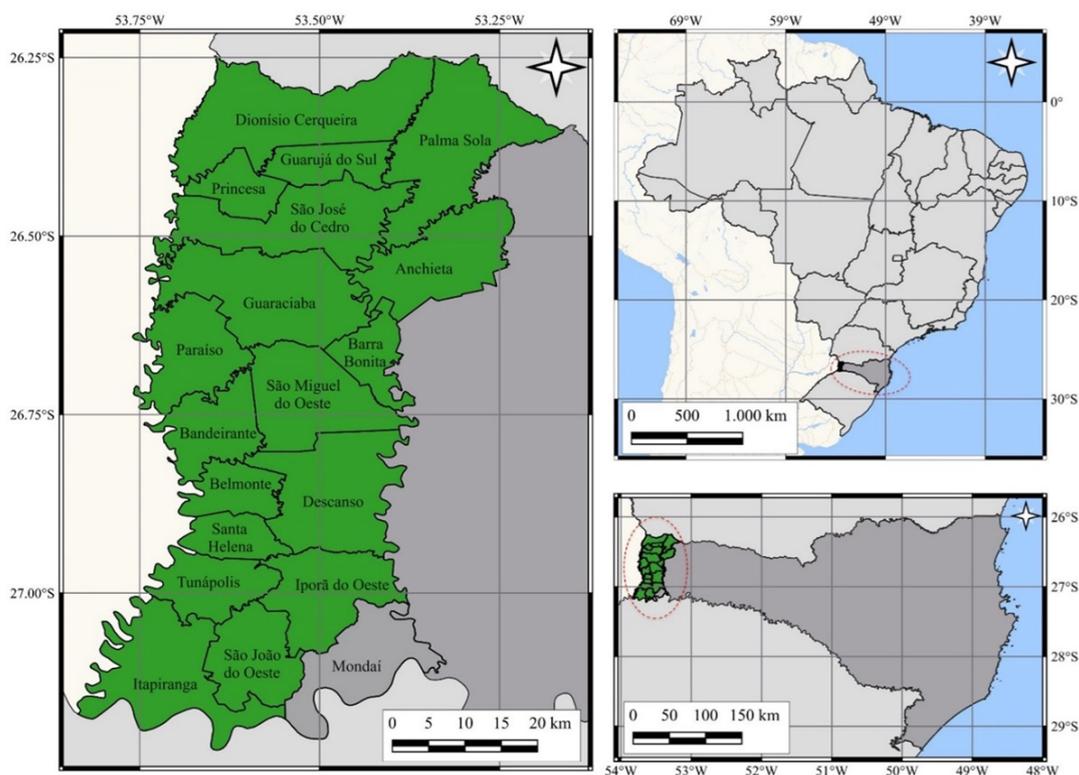
Ao lançar o olhar sobre alternativas que articulam a imagem dos produtos e serviços, a identificação de sinergia entre ambos resultou na formulação do enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) (Cazella; Dorigon; Pecqueur, 2022). Na região de estudo, observam-se experiências de agroindústrias familiares que passam a compor os roteiros

turísticos, agregando produtos diferenciados pelas especificidades da matéria prima, saber-fazer, artesanidade, cultura local e relações sociais de mercado baseadas na proximidade (Lauermann; Capellesso; Gazolla, 2022). Ao mobilizar a culinária local, observou-se que o preparo de alimentos diferenciados passou a ser base da oferta de novos ET (Capellesso *et al.*, 2022). A CBST aponta que essa articulação dos serviços com a oferta de alimentos de qualidade abre novas possibilidades aos atores. Na perspectiva de refletir sobre o desenvolvimento da região Extremo Oeste Catarinense à luz dessa teoria, a presente pesquisa se propôs analisar em que medida os atores públicos, privados e associativos ligados ao turismo em ambiente rural se articulam com outros setores e constroem uma imagem partilhada de território capaz de sustentar a oferta.

METODOLOGIA

Esta pesquisa configura um estudo de caso com a abrangência geográfica da região turística Caminhos da Fronteira, na Ameosc (Figura 1). A amostragem foi qualitativa e buscou contemplar a diversidade de tipos de serviços ofertados pelos ET em ambiente rural em distintos municípios. O projeto e os instrumentos foram submetidos e aprovados por comitê de ética para pesquisa com seres humanos. A coleta de dados se deu por 28 entrevistas semiestruturadas com gestores de ET, participação no II e III Seminário regional de turismo, acompanhamento de reuniões de Colegiado de Cultura e Turismo, no acesso a serviços e no diálogo informal com atores-chave do território.

Figura 1: Localização e composição da Região Caminhos da Fronteira.



Nota: Mondai faz parte da Ameosc, mas não da Região Caminhos da Fronteira.

Fonte: Elaboração própria a partir do Qgis.

As entrevistas foram gravadas e os dados sistematizados com *google forms* e planilha eletrônica, seguindo-se a análise uni e multivariada. A triangulação ocorreu entre questões, entre atores e com fontes secundárias. É relevante destacar que esta pesquisa foi conduzida de 09/2022 a 08/2023, momento em que a vacinação permitiu reduzir as medidas de distanciamento social da Covid-19. Como destaca a *UN Tourism* (antiga OMT), a experiência de isolamento ocasionou profundas mudanças nas pessoas, especialmente, ao orientar o olhar para o local e a natureza, na busca de atividades de lazer/serviços que podem ser acessadas sem muitos deslocamentos, criando uma janela de oportunidades ao turismo em ambiente rural.

O TURISMO COMO COMPONENTE DE UMA CBST

A globalização se expressa pela intensificação das trocas em escala transnacional, na qual cada região deve se especializar para incorporar tecnologias modernas, ampliar a escala e a produtividade. A escolha dos sistemas de produção seria condicionada pelos recursos naturais disponíveis em cada local, priorizando-se aqueles que permitem ser mais eficiente para concorrer com outras regiões (vantagens comparativas). Ao otimizar o uso dos recursos, seria possível reduzir o custo de produção global dos produtos, gerando abundância de riquezas e melhorando seu acesso via livre comércio. Contudo, constatou-se que esse padrão não seria aplicável em todos os locais, com regiões e/ou atores excluídos de todas as cadeias ou inseridos de forma subalterna. Em complemento, as análises dos sistemas agroalimentares globais evidenciam os riscos dessa elevada dependência de produtos de outras regiões, dado que diversos fatores podem afetar seus fluxos – ex. pandemias, guerras etc. (Grisa *et al.*, 2021). Mesmo quando efetivas, as experiências orientadas pelo modelo globalizante resultam em padronização, inclusão parcial e elevada desigualdade, o que tem induzido muitos atores a buscarem alternativas com base em outros referenciais. Em geral, esses projetos heterogêneos se orientam pela valorização da diversidade cultural, saber-fazer, diferenciais de produtos, recursos ambientais específicos, paisagem etc., os quais são ativados em arranjos sociotécnicos baseados na cooperação entre atores (Reis, 2007; Champagne; Pecqueur, 2014).

Essas experiências podem partir de elementos construídos historicamente (pré-existent) ou resultar/fortalecer-se via ações proativas que refletem sobre possibilidades presentes e futuras. A construção da imagem específica de um território se assenta em relações socioculturais compartilhadas que permitem, aos consumidores, reconhecer os atributos dos produtos e serviços. A partir da criação de uma reputação local, esta se expande com o tempo e passa a abranger atores externos aos mercados territoriais, como os turistas. Esse reconhecimento se dá através de uma rede de relações que reaproxima migrantes, relações familiares, estratégias de divulgação e marketing, dentre outras. Tal reconhecimento dos diferenciais de qualidade pode aumentar a demanda por

produtos e serviços ofertados, gerando maior facilidade na comercialização e/ou possibilidade de elevação dos preços (Pecqueur, 2001; Janin; Peron, 2020; Tecchio *et al.*, 2021; Cruz; Schneider, 2022).

Embora os produtos e serviços possam ser reconhecidos e vendidos de forma individual, a articulação de iniciativas para valorização mútua pode gerar efeito sinérgico (Tecchio *et al.*, 2021; Cazella; Dorigon; Pecqueur, 2022). A reputação de um produto ou serviço cria ou fortalece uma imagem de qualidade associada ao território, o que auxilia outras iniciativas a se inserirem nos mercados. Um exemplo clássico é Baronnies, no sul da França, em que o relevo montanhoso limitou a mecanização que caracterizou o processo de modernização da agricultura (Hirczak *et al.*, 2008). Em reação, os atores precisaram se mobilizar e identificar recursos territoriais que permitissem estruturar uma oferta econômica distinta, ativando-os em torno do turismo, biodiversidade, paisagens e produtos típicos. Esse território de relações se estruturou em torno do óleo de oliva e seus derivados, produto líder que “emprestou” sua reputação para valorizar os vinhos, a lavanda, entre outros. Esses produtos se associaram à oferta de serviços e acabaram compartilhando a reputação de qualidade, em um efeito sinérgico que passou a ser denominado de efeito cesta (Mollard, 2001; Pecqueur, 2001).

O referencial teórico-metodológico da CBST foi concebido como resultado da análise de experiências bem-sucedidas de construção de territórios em regiões marginalizados pela concepção globalizante. A análise evidencia a importância do diálogo e da cooperação entre organizações, atores públicos e privados, o que permite a criação de uma imagem compartilhada que orienta a oferta de produtos e serviços no território (Pecqueur, 2001). Em sua aplicação prática, essa metodologia parte do inventário de recursos em diferentes graus de ativação, o que inclui o levantamento de características naturais (ex. paisagem, rios, cachoeiras) e histórico-culturais (culinária, saber-fazer, tradições, organizações, reputações, paisagens construídas etc.). Os recursos já ativados via estratégias de valorização de produtos e serviços são mobilizados como ponto de partida, podendo ser reconfigurados diante da demanda constante por inovação (Janin; Peron, 2020).

Nos processos de ativação de recursos, cabe aos atores identificar elementos específicos. Esses são componentes singulares que não podem ser reproduzidos por outros territórios, ou que tal processo tende a ser inviável economicamente. Planos/programas construídos em torno dessas especificidades tornam a oferta exclusiva e durável. No complemento e fortalecimento da oferta, os atores podem incluir elementos genéricos, assim chamados por serem mais fáceis de reproduzir (copiar). Contudo, quanto menos específicos forem os ativos, maior será a necessidade de inovação para continuar a se diferenciar dos demais territórios (Pecqueur, 2001).

De um lado, a CBST possui uma abordagem adequada para territórios rurais marginalizados, que pouco desfrutaram do modelo produtivista. De outro, essa teoria não é incompatível com territórios que apresentam maior desenvolvimento das atividades econômicas orientadas pelas

commodities, pois pode agregar atores com dificuldades para ali se inserirem. Nesse caso, não é todo o território, mas parte dos atores que ficam marginalizados e precisam construir ações para se inserirem economicamente. Estudos realizados em vários territórios franceses permitiram identificar algumas variações no modelo de CBST, as quais apresentam algumas características diferentes do modelo de cesta propriamente dito, constatado no território Baronnies (Cazella *et al.*, 2020).

O tipo de cesta híbrida é composto por produtos e serviços que estão associados às tradições locais, mas que têm uma demanda genérica. Embora não seja específica em qualidades, período temporal e localização, tem boa aceitação em atividades que apreciem produtos tradicionais, tais como circuitos gastronômicos (Cazella *et al.*, 2020). Um exemplo da ocorrência desse tipo de cesta foi verificado na região de Bresse, na França. Seus territórios se envolveram fortemente com os processos de modernização durante as décadas de 1960-1970, porém algumas localidades se mantiveram “resistentes” a esse fenômeno e voltaram a sua atenção para produtos como a manteiga e o queijo ali produzidos (Hirczak *et al.*, 2008).

O modelo *top-down* se caracteriza pelo protagonismo do setor público para melhor coordenar as relações entre os diferentes atores privados e associativos que participam da estruturação da oferta (Cazella *et al.*, 2020). Esse tipo de cesta está ligado à oferta de atrativos turísticos (vinhos, queijos, frutas etc.) juntamente com o conjunto de condições rurais (clima, vegetação, entre outros). Um exemplo de ocorrência dessa tipologia foi encontrado no departamento francês Ardèche, onde há oferta de produtos (vinhos, castanhas) e de serviços (cultura, turismo), mas que carece de uma gestão mais horizontal dos atores privados para valorizar suas qualidades (Hirczak *et al.*, 2008).

O modelo de iniciativas justapostas possui alguns aspectos similares com o modelo *top-down*, mas com uma articulação menos flexível entre atores (privados, associativos e públicos), por conta de fatores como falhas na coordenação, conflitos, entre outros. A dificuldade de estruturar atividades conjuntas origina uma oferta desigual de produtos e serviços, com dispersão e baixa sinergia entre ações que promovem a valorização dos itens ofertados pelo território (Cazella *et al.*, 2020). Exemplos desse tipo foram encontrados nas localidades francesas de Pilat ou Bugey, onde a organização dos atores e a percepção de que existem ativos específicos são recentes (Hirczak *et al.*, 2008).

Ao partir de relações partilhadas que devem se fortalecer, o desenvolvimento de uma CBST exige a comunicação entre atores privados, associativos e públicos do território. Para estruturar os projetos, cada um deve cumprir suas competências: (a) os atores privados são os dirigentes dos empreendimentos que devem gerar esses serviços e produtos econômicos; (b) os associativos são criados pela união entre atores privados, devendo auxiliar na organização e fortalecimento da relação entre esses para a apreciação das atividades e bens ofertados; e (c) os públicos do Estado, a quem cabe a promoção de serviços que facilitem o avanço do território na estruturação, fortalecimento e organização da oferta de produtos e atrativos turísticos. A criação desse ambiente de relações propício

entre os três grupos para realizar ações conjunta representa a governança territorial. Essa concertação se assenta no diálogo e em uma imagem partilhada do território, que passa a dar base para estruturar propostas e ações estratégicas de projetos inovadores. Contudo, a negociação e articulação dos interesses individuais e coletivos é permeada por muitas dimensões, o que exige habilidade dos atores para a gestão de conflitos. Não por acaso, é comum que os projetos exitosos se assentem em um ator líder (ou grupo de lideranças), sem o qual a iniciativa não galgaria êxito (Champagne; Pecqueur, 2014; Cazella *et al.*, 2020).

A CBST pode envolver variados tipos de atividades. No entanto, é de extrema importância destacar que o turismo é apontado como um dos pontos-chaves para a estruturação do efeito cesta, uma vez que ele é capaz de integrar um conjunto de recursos e ativos diversos, e de criar uma sinergia com os produtos ofertados na região. Na experimentação de uma rota turística, por exemplo, além de conhecer novos lugares, os turistas ainda podem entrar em contato com produtos elaborados localmente e que representam parte da sua tradição, bem como podem conhecer novos serviços que são ofertados na região (outros ET, grupos tradicionais, entre outros).

O TURISMO NA REGIÃO CAMINHOS DA FRONTEIRA

O turismo é um fenômeno complexo e pode ter diversos significados históricos e geográficos, uma vez que as dinâmicas de deslocamento humano passaram por muitas transformações. O que hoje, assim é entendido, já foi realizado sem essa percepção. Num primeiro momento, o deslocamento estava mais associado a atender necessidades básicas de sobrevivência. Com o desenvolvimento tecnológico, ampliou-se a produtividade do trabalho, o que permitiu à sociedade redirecionar parte do tempo de um contingente maior de pessoas. Na primeira metade do Século XX, diversos países adotaram leis que garantem direitos aos trabalhadores, expressos em elementos como a redução das jornadas de trabalho, descanso semanal e férias remuneradas. O aproveitamento desse tempo livre vem associado às mudanças no setor de transporte de pessoas e mercadorias. A maior facilidade de circular teve impactos diretos sobre a forma que os seres humanos concebem sua relação com o tempo e o espaço (De Assunção, 2012).

Diante da diversidade de expressões do turismo, o desafio de refletir sobre o desenvolvimento de um território tipicamente rural nos direciona a estudar seu papel em tal ambiente. O Ministério do Turismo (MTur) conceitua o turismo rural como: "[...] um conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade" (Nascimento, 2020). Como pode se ver, a primeira parte enfatiza a ligação com os sistemas produtivos, mais próxima ao agroturismo. Contudo, a parte final amplia o entendimento para uma dimensão do espaço. Nessa perspectiva territorial, é possível conceber a articulação de atores dos

pequenos municípios (em termos populacionais), inclusive das supostas “áreas urbanas”. Em síntese, o próprio turismo representa uma ruptura com a visão de rural restrita ao agrícola, na medida em que muda a centralidade da oferta de produtos para serviços. Nessa direção, é possível adotar o entendimento de turismo em ambiente rural, que inclui o turismo rural, ecoturismo, agroturismo e outras formas que podem ocorrer nesse espaço (Guzzatti, 2003).

Ao estudar a Região Turística Caminhos da Fronteira (SC), Pereira e Zimmermann (2016) já apontavam o ecoturismo como a atividade mais promissora, destacando o potencial de belezas naturais como forma de alavancar a oferta de serviços. Essa ativação pode se dar em práticas de aventura, mas também pela dimensão contemplativa de rios, represas, cachoeiras, cânions, lagoas, matas, vales e demais paisagens. A esses atrativos, somam-se artesanato, museus, monumentos, gastronomia, turismo rural, manifestações e tradições. Durante esta pesquisa, os dados apontavam para ampla variedade de atrativos, totalizando cerca de 164 opções para os visitantes explorarem. Um levantamento realizado no ano de 2022, em parceria com as prefeituras e órgãos de assistência técnica e extensão rural dos municípios, identificou a conversão desses atrativos em 48 ET mais voltados para o ecoturismo, agroturismo e que valorizam o conhecimento da produção de alimentos. Essa oferta traz a natureza para perto do turista, sendo que muitos ET ativam sua história e mobilizam elementos culturais, os quais podem gerar sensação de prazer aos visitantes

As características dos atores privados dos ET

A ampla maioria dos ET entrevistados está organizada para a oferta ser realizada dentro de um espaço privado ou tendo esse como ponto de partida. Como exceções, há o espaço público do museu (ET02), o uso do espaço coletivo de uma comunidade (ET01) e a oferta de alimentos levado aos locais demandados (ET12). Contudo, esse último já estava estruturando o local para passar a realizar a oferta no próprio estabelecimento. Para a estruturação da oferta, além da sede do ET (privada, comunitária ou pública²), durante a oferta, dois ET acessam áreas públicas e nove áreas particulares de terceiros, sendo que um ET acessa ambas. Essa pode ocorrer em pontos de encontro (ex. praça), no acesso a rios/cachoeiras, trilhas em matas e pousos ao fim de voos nas propriedades de terceiros. Dez ET apontam que a observação da paisagem ativada incluía propriedades vizinhas, com seis casos envolvendo acesso físico externo pelos usuários. Assim, ao partilharem e construírem o espaço, a paisagem é um elemento coletivo que contribui para a imagem dos territórios.

A posição em que se situam os ET pode representar estímulo à família participar do turismo, ou ser a razão da compra da área por ela. Isso porque, quando é feita a análise dos atores que

² O estabelecimento em área pública refere-se ao Museu Histórico Professor Edvino Carlos Hölscher, construído em uma escola pelo fundador que lhe dá o nome, mas depois doado ao município. Já a comunidade refere-se a uma, das muitas, presente na região, mas com o diferencial de contar com uma gruta em torno da qual organiza uma romaria.

estruturaram os 28 ET entrevistados na região, somente quatro deles (14,3%) não tinham relação com a agricultura: (a) o museu recebido como doação pela prefeitura; (b) a igreja mantida pela comunidade; (c) um empresário urbano que oferta serviços em propriedade em ambiente rural; e (d) um ‘neorural’, com origem totalmente urbana. Embora não entrevistados, essa ausência de trajetória ligada à agricultura aparece ainda entre ofertantes de águas termais, voos de balão, parapente, agroindústrias “urbanas” (ex. cervejarias), museu de carros antigos, cursos de treinamento vivenciais, espaços de capacitação, negócios etc. De maneira mais específica, alguns atores “urbanos” organizam roteiros com acesso a propriedades rurais de agricultores que não quiseram atuar nos serviços.

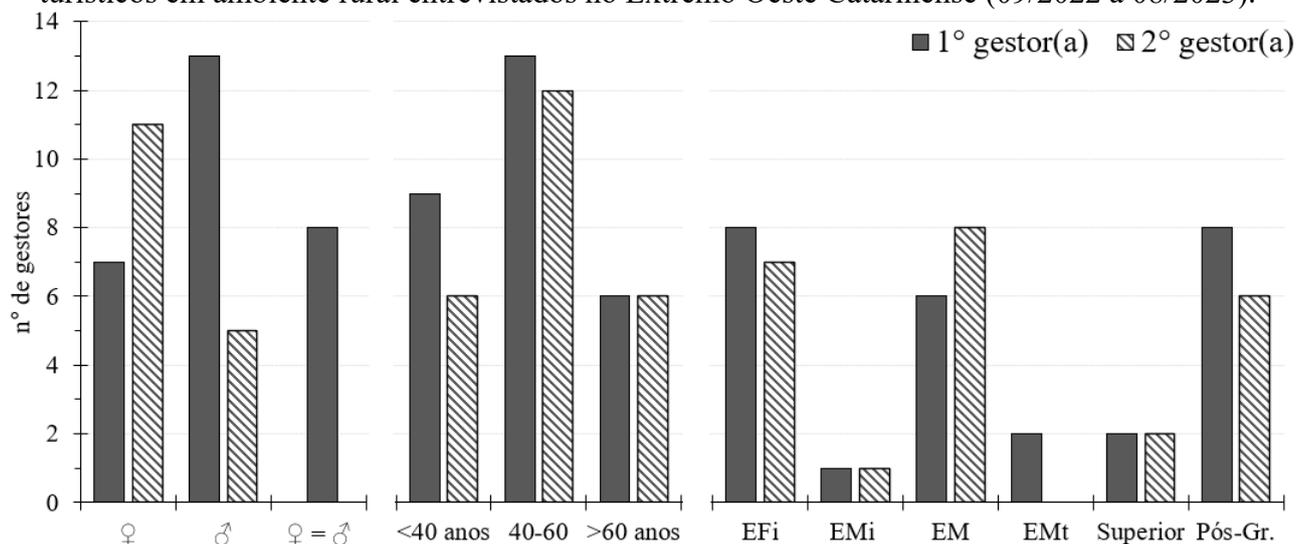
A relação com a agricultura é constituinte de distintas histórias pessoais/familiares para 85,7% dos ET. Enquanto 50% se declaram agricultores, o estabelecimento preexistia atuando na agropecuária e foi transformado em ET em 57,1% dos casos. Em geral, foi a presença de recursos naturais e socioculturais que estimulou a procura externa (demanda), a qual criou oportunidades para oferta. Contudo, persistem agricultores que contam com algum recurso em potencial e não ativado, ou ativado via parcerias com parceiros externos. Nos que se desafiaram a estruturar a oferta de turismo, quatro famílias entrevistadas (14,3%) atuavam exclusivamente na agricultura antes do turismo e três (10,7%) possuíam agroindústria ou marcenaria. Somados a esses, destaca-se que nove (32,1%) atuavam como agricultores e contaram com o retorno de filho(a) que havia migrado para o ambiente urbano. A atuação dos filhos(as) pode ser integral ou mesclando com empregos urbanos, em famílias pluriativas, mas o turismo contribuiu com esse retorno.

Outra forma de relação ontológica com a agricultura aparece em oito ET (28,6%), expressa por familiares que migraram para trabalhar na cidade no passado e, após muitos anos em empregos urbanos, voltaram ao espaço rural. Esse movimento de retorno não pode ser confundido com “neorurais”, pois são pessoas que resgatam uma história com a agropecuária e a natureza que já tinham em sua trajetória de vida pregressa. A aquisição do local pode ter sido direcionada inicialmente ao lazer para a própria família (uso particular) ou previamente planejada para a oferta de serviços. Esse regresso foi relatado por aposentados ou pessoas que, durante certo tempo, mantiveram a atuação em atividades urbanas como fonte de renda. Nessa transição, que configura a volta ao rural, a pluriatividade pode ainda estar presente, ou ter desaparecido (abandono do trabalho urbano) quando o ET passa a exigir mais mão de obra e/ou gerar renda suficiente à família. Embora alguns tenham filhos nascidos no ambiente urbano, é mais raro que esses acompanhem os pais, geralmente o fazendo de forma pontual, enquanto ficam morando na cidade. Nesse sentido, pode-se afirmar que a maior parte da oferta do turismo em ambiente rural tem se dado por pessoas com fortes relações de conhecimento e afeto com o território, o que os leva a valorizar o que fazem e se sentirem realizados.

As diferenças de trajetórias de vida resultam em variações no perfil dos gestores quanto a gênero, idade, escolaridade e profissão (Figura 2). À exceção dos ET01 e ET02, os gestores da oferta

dos serviços de turismo pertencem ao núcleo familiar³. O principal gestor é uma mulher em sete ET, em treze ET é um homem, e, em oito ET, ambos consideravam sua atuação equivalente (casal, e um caso de pai e filha). Em somente quatro ET não há um segundo gestor, sendo eles o museu (ET02), dois ET em que o núcleo familiar está composto por um indivíduo e outro que é assumido por um único integrante. Tal condição permite apontar que a gestão do turismo em ambiente rural na região se assenta em relações familiares.

Figura 2: Gênero, faixa etária e escolarização dos dois* principais gestores de 28 empreendimentos turísticos em ambiente rural entrevistados no Extremo Oeste Catarinense (09/2022 a 08/2023).



Legenda: ♀: feminino; ♂: masculino; EF: ensino fundamental; EM: ensino médio; i: incompleto; t: técnico; Pós-Gr.: Pós-Graduação. Nota: * quatro ET informaram não ter segundo gestor.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de campo.

Em relação à idade, seis ET têm o principal gestor com mais de 60 anos: um refere-se à comunidade, que tende a agregar novos aposentados em trabalho voluntário no futuro; outro planejou a atuação no turismo como projeto de ocupação para a aposentadoria; dois estão avaliando com os filhos quem irá assumir; e dois já tinham filhos como segundo gestores. Uma família entrevistada estava assumindo o ET após a morte de um dos pais, que criou a oferta. Além de contarem com auxílio eventual dos filhos e outros familiares, os gestores procuram adaptar os serviços prestados segundo as condições físicas de dedicação à atividade. Como a maior parte tem atuação recente, a idade dos gestores não foi apontada como um risco de descontinuidade dos ET entrevistados no curto prazo, prevalecendo uma visão otimista para o futuro no setor. Quando analisado o grau de instrução formal, observam-se variações desde o ensino fundamental incompleto à pós-graduação. Essa escolarização tem relação com as oportunidades durante a trajetória de vida. Enquanto, para os

³ Além da comunidade e do espaço público, em um ET há contratação de um gestor externo, mas para gerir uma atividade (cervejaria) complementar ao turismo e à produção agropecuária.

agricultores de mais idade, em média, registra-se menos anos de educação formal, seus filhos e as pessoas que retornam ao espaço rural geralmente tiveram mais tempo de escola.

A estruturação da oferta na relação com os atores públicos e associativos

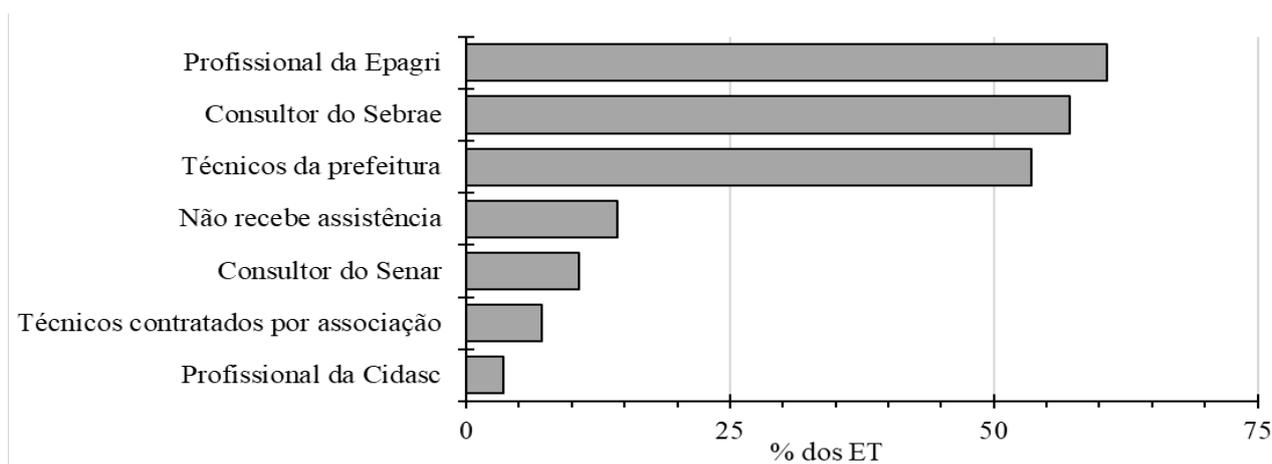
Uma vez que os atores se desafiaram a atuar no setor de serviços, a oferta é construída a partir da reflexão das famílias dos ET, levando em consideração a relação destas com os usuários e os diferentes grupos de atores. Os gestores entrevistados apontam que as principais fontes de conhecimentos para a criação/estruturação dos serviços ofertados advêm de experiências de acesso/visita e troca de informações com outros ET e do conhecimento prático ao atuar no atendimento ao público. A isso se somam contribuições relacionadas a cursos de curta duração (32,1%) e da área de formação nos cursos técnicos e superiores (32,1%), o que lhes permite qualificar certos serviços ou criar alguns que valorizem tais saberes. A presença de formação relacionada ao tema do turismo é menor entre os demais familiares não gestores e funcionários.

A baixa expressão dos cursos de formação os direciona a procurar aprendizados via assessoria técnica e trocas de experiências com os demais gestores de ET nos espaços associativos e eventos. Nessa direção, destaca-se a importância das associações de turismo municipais, de eventos organizados no tema (ex. Seminário Regional de Turismo) e das excursões. Essas ações são promovidas e fomentadas por profissionais de diferentes organizações: Ameosc, prefeituras, Instância de Governança Regional do Turismo (IGR Caminhos da Fronteira), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Associações de turismo e cooperativas. Somente quatro ET informaram não receber nenhuma assistência técnica. Entre as principais organizações a atuar criando espaços de capacitação e assessoria técnica, estão os assessores da Epagri, consultores do Sebrae e profissionais das prefeituras (Figura 3). Destaca-se que a Epagri tem orientado parte do esforço dos extensionistas sociais ao tema há menos de uma década na região, enquanto o Sebrae realiza consultorias há mais tempo, mas geralmente de forma descontínua, já que atua mais por consultoria com contrapartida dos municípios. No caso do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), o projeto de consultoria vigente buscava qualificação administrativa de empreendimentos rurais, entre os quais podem estar ET.

No comparativo entre os municípios, é possível observar diferentes graus de participação dos atores públicos e associativos, em arranjos nos quais as organizações alteram seu papel e importância ao longo do tempo. Os relatos demonstram que a construção territorial entre os atores é dinâmica, sendo que a análise da governança exige captar essas flutuações. Nesse campo, buscou-se captar a percepção dos entrevistados quanto ao grau de importância das organizações e atores para gerar melhorias na sua atuação no turismo, as quais podem estar presentes ou terem sido parte da trajetória

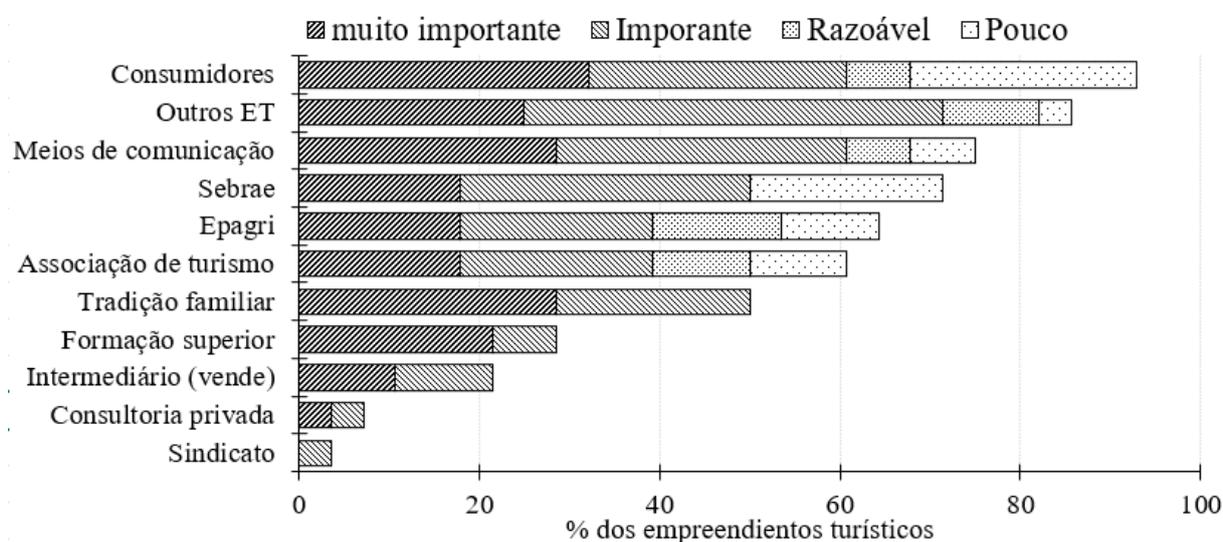
(Figura 4). Na geração de informações que auxiliam a refletir sobre a criação e melhorias nos serviços, destacam-se o diálogo com os consumidores, outros ET e os meios de comunicação. As ideias também surgem na interação com o apoio das organizações que atuam no setor, como o Sebrae, Epagri e prefeituras. Esse conjunto de organizações interagem com atores privados e associativos constituindo a inteligência coletiva em torno da ativação dos recursos (Hirczak; Janin; Lapostolle, 2022).

Figura 3: Origem da assistência técnica/consultoria relatada pelos 28 gestores dos empreendimentos turísticos em ambiente rural no Extremo Oeste Catarinense.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de campo.

Figura 4: Principais atores/organizações e grau de importância das contribuições segundo 28 gestores de empreendimentos turísticos (ET) em ambiente rural entrevistados no Extremo Oeste Catarinense.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de campo.

Esse apoio aos atores privados se dá no planejamento da oferta para otimizar os recursos (ex. mão de obra) e torná-los mais atrativos (diferenciais), no estímulo à criação de associações para ação coordenada dos ET, contrapartidas financeiras de prefeituras para associações e consultorias do Sebrae, promoção de roteiros, criação de estruturas direcionadas à divulgação (impressos e digitais) e, em alguns casos, a intermediação nas vendas. Destaca-se que a ação do poder público é afetada pela receptividade dos gestores eleitos e pela capacidade associativa dos atores privados para reivindicá-la. Dos 28 ET entrevistados, vinte estavam organizados: dezesseis em associações de turismo (57,1%), três em grupos informais (10,7%) e um no conselho municipal de turismo (3,6%).

Os atores públicos e associativos têm importância central na expansão do setor, à medida que podem potencializar as iniciativas e a governança. Entre as principais ações, estão a organização de eventos para discutir o setor, a estruturação de roteiros, o apoio para o planejamento individual da oferta e algum suporte financeiro para assistência técnica e consultoria. Contudo, a expressão econômica do turismo na região é ainda pequena quando comparada a outros setores, o que reduz seu poder de negociação e o torna dependente da receptividade e prioridade conferida por cada gestão municipal. Nessa direção, em vários municípios, os entrevistados destacam oscilações na participação do setor público, com impactos na capacidade associativa, organizativa e de oferta.

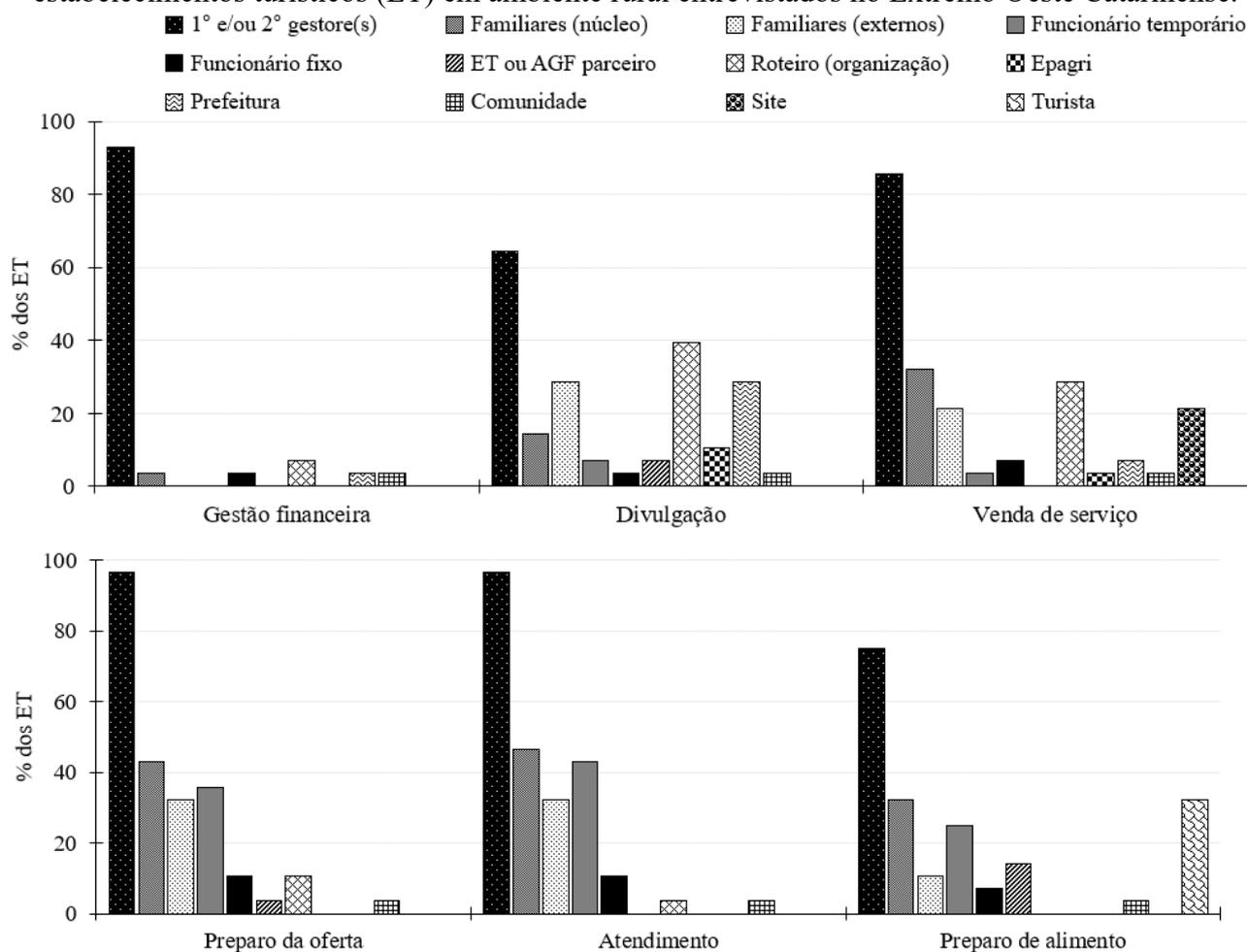
No ambiente de inovação e aprendizagem que constitui a construção de uma nova atividade econômica, os melhores resultados têm sido alcançados quando o poder público assume parte dos custos de forma contínua, criando oportunidades para a ação individual. Esses resultados estão em acordo com o arcabouço analítico da CBST, segundo a qual a inovação é favorecida pela ancoragem territorial em que participam atores públicos, privados e associativos, indo muito além da ação individual do empreendedor (Pecqueur, 2001). Nessa direção, as ações conduzidas pelo Colegiado de Cultura e Turismo da Ameosc têm desempenhado um papel mais estável de fomento ao setor, o que permite apontar a necessidade de os atores se organizarem em diferentes escalas territoriais.

A distribuição de funções entre atores que constroem a oferta turística

Na distinção de funções inerentes ao funcionamento do turismo, os gestores dos ET procuram cumprir as demandas individualmente, ou compartilhando-as entre distintos integrantes das famílias. A gestão financeira do empreendimento pode ser assumida por um único (42,9%) ou dois familiares (50%). Esses podem contar com apoio de organizações, como o Senar (01), cooperativa que estrutura o roteiro (02), integrantes do núcleo familiar para além dos dois principais gestores da oferta (01) ou de um funcionário fixo para algum setor (01). Em 26 ET (03 a 28), registra-se trabalhadores familiares dedicados à oferta do serviço turístico. As duas exceções (7,1%) são o ET01, que funciona a partir do trabalho voluntário de integrantes de famílias da comunidade e é gerido pelo conselho, e o ET02, que é mantido pela prefeitura (gestão pública).

Quanto às ações de divulgação, ao menos um dos principais gestores aparecem em 64,3% dos ET. Nessa função, podem atuar outros integrantes do núcleo familiar ou parentes próximos, pessoas externas contratadas e os parceiros (ET, roteiro, cooperativa, Epagri, prefeituras, Ameosc). Em síntese, a divulgação é a atividade que conta com a maior participação de atores, geralmente um complementando o outro. Nas negociações de venda dos serviços, há forte presença dos principais gestores (85,8%), restando 7,1% que são comercializados exclusivamente como pacote pela cooperativa, e outros 7,1% dos ET que não cobram pelos serviços. A negociação é realizada ainda por outros integrantes do núcleo familiar e parentes, funcionários temporários e fixos, roteiros/associação, sites, outros ET e, de forma ocasional, pela prefeitura e Epagri. Contudo, os entrevistados destacam a importância de uma pessoa centralizar as informações sobre a comercialização, evitando colisões de reservas/atendimentos e realizando rápido retorno aos demandantes. No preparo da oferta e atendimento, além dos gestores, aparecem os familiares do núcleo do estabelecimento ou parentes externos, funcionários temporários e alguns fixos, além do apoio entre ET via roteiro (Figura 5).

Figura 5: Atores apontados como responsáveis pelas funções relacionadas ao funcionamento dos 28 estabelecimentos turísticos (ET) em ambiente rural entrevistados no Extremo Oeste Catarinense.

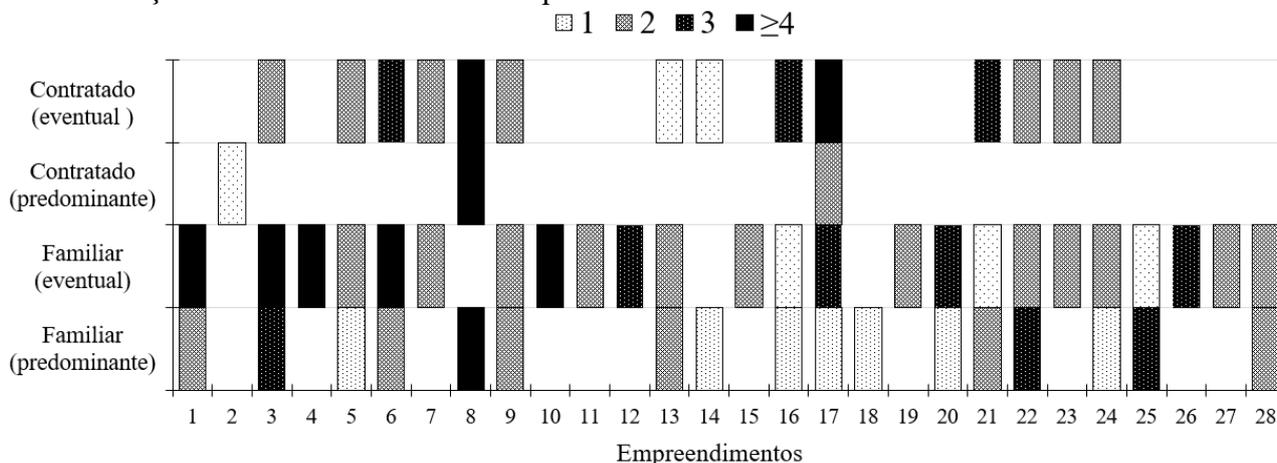


Nota: AGF: agroindústria familiar.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de campo.

Em 16 ET (57,1%), há ao menos uma pessoa da família dedicada predominantemente ou integralmente à oferta de serviços turísticos. Com exceção do ET18, que atua sozinho, nesse grupo a mão de obra é complementada por outros familiares (em 13 ET) e/ou contratados sem laços familiares (em 11 ET). Já em 10 ET (35,7%), os gestores atuam de forma eventual com o turismo, enquanto sua principal ocupação está em outra atividade (Figura 6). Tal condição pode: (a) representar uma fase de estruturação da oferta turística, em que a demanda é sazonal/pontual ou o baixo acesso ainda não exigiu maior dedicação, ou (b) decorrer de escolhas pessoais por atuar/manter outra renda ou trabalho (ex. agricultor, agroindústria, servidor público, professor, empresário). Nesses casos, a oferta geralmente não é contínua, ocorrendo de forma concentrada em épocas do ano ou via excursões agendadas (grupos). Segundo os entrevistados, a oscilação dos acessos no tempo dificulta a contratação de trabalhadores externos à família, ocorrendo em só 02 dos 10 ET desse grupo. Para contornar esse gargalo, os gestores planejam o atendimento segundo a disponibilidade dos familiares.

Figura 6: Mão de obra da família e não-familiar com atuação predominante ou eventual para manutenção e funcionamento de 28 empreendimentos turísticos no Extremo Oeste Catarinense.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de campo.

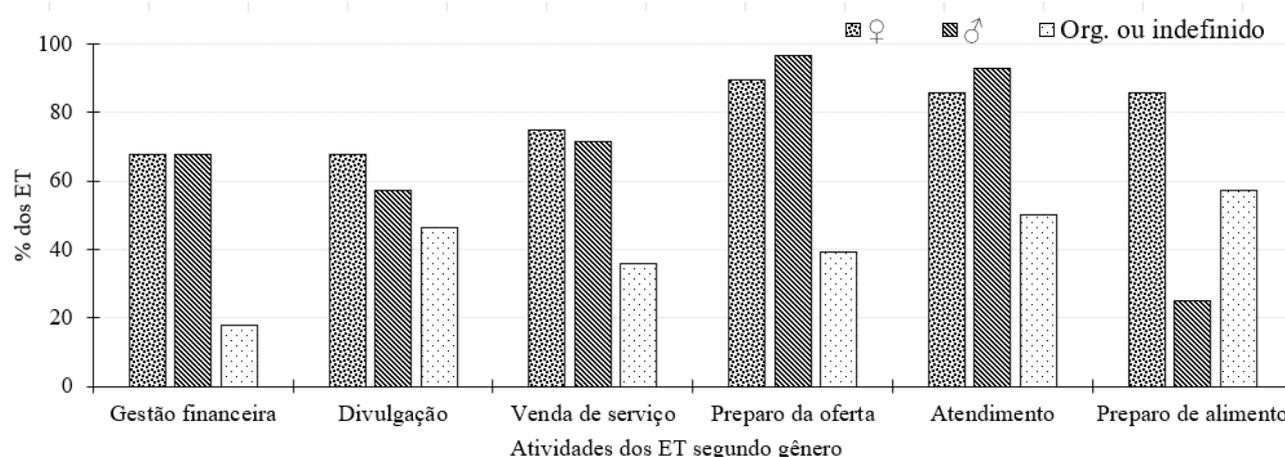
Mesmo entre os ET mais estruturados, os entrevistados relatam dificuldades para conseguir trabalhadores temporários, pois há uma preferência por empregos formais que geram trabalho e rendas mais estáveis ao longo do ano. Em muitos casos, laços familiares e de amizade são mobilizados para atrair trabalhadores temporários. Nessa direção, além dos gestores, em 20 ET (71,4%⁴) aparece outros familiares atuando em funções necessárias ao funcionamento dos ET, sendo esses residentes na mesma casa ou familiares externos com parentesco de primeiro a terceiro grau. Embora recebam remuneração, o ato do trabalho também assume o significado de uma “ajuda”, ordenada por relações baseadas em laços sociais (Cruz; Schneider, 2022). Entre os que contratam mão de obra externa à

⁴ Esse percentual sobe para 76,9% se descontar os 02 ET que atuam como sociedade e poder público.

família, dada às oscilações na oferta, predomina o trabalho eventual, registrando-se somente dois casos com trabalhadores permanentes externos à família (ET08, 17). Esses postos permanentes só se viabilizaram com a ampliação, seja para a oferta de alimentos ou a manutenção do ambiente de oferta. Assim, enquanto parte das atividades viabiliza funcionários fixos, as demandas descontínuas resultam em contratação eventual.

Ao analisar as diferenças assumidas pelos gêneros, observa-se um equilíbrio entre homens e mulheres na gestão financeira, na divulgação, no trabalho para preparar a oferta e no atendimento e venda dos serviços (Figura 7). Por sua vez, há maior presença de mulheres no preparo dos alimentos (85,7%♀; 25%♂). Em 53,6% dos ET, as mulheres atuam exclusivamente no preparo. Em outros 32,1%, essa função é compartilhada entre os gêneros, mas geralmente com predominância da mulher. Restam 14,3% dos ET em que esse é ofertado por agente externo, o acesso ocorre de forma *in natura* nas plantas (pomar, agrofloresta) ou não ocorre a oferta de alimentos. Ao analisar a divisão do trabalho a partir de sexo/gênero em ET, Lunardi *et al.* (2015) destacam que as mulheres tendem a assumir as tradicionais funções relativas à reprodução da família, como o preparo de alimentos e cuidados com a casa, enquanto os homens atuavam de forma mais pontual no abate de animais, embutidos cárneos e de bebidas alcoólicas. Por sua vez, os serviços que exigem maior esforço físico (“pesado”) tendem a ser considerados de, e assumidos por, homens, como a limpeza do pátio e o acompanhamento nas trilhas. Essa é uma similaridade com o presente estudo, com predomínio de mulheres no preparo dos alimentos, enquanto os homens assumem o trabalho de manutenção do ambiente externo, como o corte de grama e a manutenção e acompanhamento em trilhas.

Figura 7: Atividades e gênero dos atores que as desenvolvem para viabilizar a oferta em 28 estabelecimentos turísticos em ambiente rural entrevistados no Extremo Oeste Catarinense.



Nota: Não foi possível diferenciar gênero para organizações e para contratos de familiares e/ou funcionários temporários, que oscilam segundo demandas e disponibilidade.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados de campo.

Apesar dessas diferenças, o presente estudo demonstra que a prática do turismo contribui para que os homens se envolvam mais nas atividades tidas como domésticas, transpondo barreiras na

divisão sexual do trabalho, com avanços que representam certo grau de resignificação nas relações de gênero. Nessa direção, a oferta turística nos Caminhos da Fronteira apresenta diferenças em relação ao descrito em São José dos Ausentes, pois o turismo não é uma atividade das mulheres para a qual os homens seriam os “ajudantes” (Lunardi *et al.*, 2015). De forma similar ao verificado por Duarte e Pereira (2018) na região de Planaltina (DF), verificou-se que o turismo promove uma relação positiva entre homens e mulheres, sem desconsiderar que persistem diferenças relativas ao gênero. Em síntese, aponta-se que o turismo pode ser estruturado com base em relações mais equilibradas, sendo que a redução das assimetrias deve ser abordada em cada experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o setor a partir do referencial da CBST, buscou-se captar a ação dos atores com vistas à valorização sinérgica dos serviços e produtos de qualidade. Apesar do envolvimento dos atores diferir entre municípios, observa-se a construção de relações territoriais. A presença de associações municipais de turismo (associativos) desempenha papel central na relação com os atores públicos, o que contribui com a governança do setor. Um destaque especial refere-se à construção dos roteiros conduzidos por associações e gestores ligados às prefeituras, principalmente para divulgação e venda dos serviços.

No desafio de construir relações, os atores relatam diferenças de ideias e os conflitos de interesses, que são parte do processo de cooperação. Logo, pensar a ação coletiva exige regras partilhadas de respeito mútuo (governança) e lideranças hábeis para gerir as diferenças. Em prol dos benefícios dificilmente alcançáveis pela ação isolada, além de gerir os conflitos, há necessidade de dedicar tempo à organização. Nesse tema, os atores entrevistados relatam a dificuldade de conciliar a atuação na oferta, que inclui seu preparo, atendimento ao público e, ainda, atuar na organização do setor. Logo, a dimensão associativa funciona melhor quando há suporte do poder público com capacidade de auxiliar os atores privados, podendo esse ser um profissional da Epagri, prefeitura e/ou Sebrae. Em um caso, esse ator é uma cooperativa que se viabiliza com outras atividades, e que tem auxiliado seus sócios a diversificarem as fontes de renda via atuação no turismo.

À medida que atores privados passam a se associar e contar com o apoio do poder público, famílias que não tinham vislumbrado a atuação como prestadoras de serviços são desafiadas a ativar novos recursos e diversificar a oferta, para torná-la mais atrativa. A existência de um imaginário coletivo e de pertencimento aparece no entorno de algumas festas que aproximam os atores, evidenciando territórios construídos em escala municipal. Já na escala regional, apesar do esforço do Colegiado de Cultura e Turismo da Ameosc para criar uma imagem territorial intermunicipal que melhor articule produtos diferenciados e serviços, essa ainda é incipiente entre os atores privados, com experiências em fase inicial de construção.

No enriquecimento da oferta com bens e serviços públicos, observa-se a articulação dos atores municipais no suporte a eventos (feiras, festas temáticas e comunitárias, caminhadas). Os atores começam a promover experiências de sinergia com os produtos ligados ao processo de colonização oficial da região, a exemplo de pratos servidos em eventos festivos, ET especializados na oferta de alimentação diferenciada, visitas e degustação de produtos em agroindústrias, e inclusão de objetos e instrumentos ou de artesões em roteiros. Aos alimentos, associam-se a produção de bebidas e a expansão das cervejarias artesanais, incluídas em alguns roteiros. Evidencia-se, assim, o papel ativo dos atores associativos e públicos na busca por novos ET para enriquecer a oferta, aumentando a visibilidade e o número de visitantes.

O setor turístico na região Caminhos da Fronteira está em fase de estruturação, o que leva os atores privados envolvidos a ampliarem, gradativamente, a dedicação ao ET. Em 64,3% dos entrevistados, há ao menos um indivíduo que dedica a maior parte de seu tempo ao turismo. No desempenho das funções que sustentam a oferta, destaca-se um predomínio de atividades desenvolvidas pelo primeiro e segundo gestores. A esses se somam outros integrantes do núcleo familiar de forma permanente ou eventual. O trabalho contratado de pessoas de fora da família ocorre em 53,6% dos ET, predominando o trabalho eventual, com 10,7% de forma permanente. No funcionamento dos estabelecimentos, apesar de as composições familiares resultarem em diferenças no interior de cada estabelecimento, ao agregar os dados do total de entrevistados, a atuação de homens e mulheres é equiparável. A diferença de gênero mais marcante refere-se ao preparo de alimentos, em que a presença de mulheres é cerca de quatro vezes maior que a de homens.

REFERÊNCIAS

CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. *Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation*. Ed. Charles Léopold Mayer, Paris, n. 204, 135 p., 2014. Disponível em: http://docs.eclm.fr/pdf_livre/368LeDeveloppementTerritorial.pdf

CAPELLESSO, A. J., PAGLIOZA, L. G.; SLAVIERO, A., DAL RI HEINECK, A. C.; PERIN, G. A identificação e ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais em Anchieta (SC). *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 205–223, 2022. <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.774>

CAPELLESSO, A. J.; LIZOTT, A.; BREITNER, A. L.; MELLO, C. A. de. A estruturação do turismo no extremo oeste catarinense: reflexões a partir da cesta de bens e serviços territoriais. In.: *Seminário internacional sobre Desenvolvimento Regional*, 11, 2023, Unisc, Santa Cruz do Sul. Anais do XI SDIR, 2023.

CAZELLA, A. A. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 16, n. 3. 2020. <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5881/984>

CAZELLA, A. A., DORIGON, C., & PECQUEUR, B. Da economia de escala à especificação de recursos territoriais: introdução ao dossiê “Desenvolvimento Rural e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais”. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n. 1, p. 1–21, 2022. <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.797>

CRUZ, M. S. DA, & SCHNEIDER, S. Feiras alimentares e mercados territoriais: a estrutura e o funcionamento das instituições de ordenamento das trocas locais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v.42, n.1, p. 93–113, 2022. <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.769>

DE ASSUNÇÃO, P. *História do turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX: viagens, espaço e cultura*. Barueri: Editora Manole Ltda, 2012.

DUARTE, D. C.; PEREIRA, A. D. J. O papel da mulher no turismo rural: um estudo no circuito Rajadinha de Planaltina - Distrito Federal. *Rev. Bras. Pesq. Tur.*, v. 12, n. 3, pp. 81-103, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v12i3.1446>

GUZZATTI, T. *O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural; sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da serra geral catarinense*. 2003. Dissertação (Programa de pós-graduação em Engenharia da produção). Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

GRISA, C. *et al.* Sistemas agroalimentares contemporâneos: dinâmicas, perspectivas e desafios. *Raízes: Revista De Ciências Sociais e Econômicas*, v. 41, n. 2, 159–163, 2021. <https://doi.org/10.37370/raizes.2021.v41.756>

HIRCZAK, M. *et al.* Le modèle du panier de biens: grille d’analyse et observations de terrain. *Économie Rurale*, Paris, n. 308, p.55-70, 2008. <https://doi.org/10.4000/economierurale.366>

HIRCZAK, M., JANIN, C.; LAPOSTOLLE, D. A Cesta de Bens e Serviços Territoriais face à transição: o papel da inteligência coletiva na construção da qualidade territorial. *Raízes: Revista De Ciências Sociais E Econômicas*, v. 42, n. 1, 22–40, 2022. <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.776>

JANIN, C.; PERRON, L. *Valorizar os recursos territoriais: chaves para a ação – guia metodológico*. (Tradução de: Domitila Madureira). Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 147 p.

LAUERMANN, D.; CAPELLESSO, A. J.; GAZOLLA, M. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais aplicado à análise das agroindústrias familiares e suas especificidades alimentares no extremo oeste catarinense. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 42, n.1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2022.v42.786>

LUNARDI, R.; DE SOUZA, M.; PERURENA, F. O trabalho de homens e mulheres no turismo rural em São José dos Ausentes: o “leve” e o “pesado”. *Revista Turismo-Visão e Ação*, v. 17, n1, 179-209, 2015. <https://doi.org/10.14210/rtva.v17n1.p179-209>

MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d’analyse théorique à partir de la rente. *Economie Rurale*, Paris, v. 263, n. 261, p.16-34, 2001. <https://doi.org/10.3406/ecoru.2001.5240>

NASCIMENTO, L. *Ministérios do Turismo e da Agricultura firmam acordo com foco no Turismo Rural*. Ministério do Turismo - Brasil, 2020.

PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie Rurale*, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001.
<https://doi.org/10.3406/ecoru.2001.5217>

PEREIRA, E. L.; ZIMMERMANN, A. J. As potencialidades turísticas do roteiro caminhos da fronteira. *NAVUS*, v. 6, n. 5, p. 141-150, 2016. <https://navus.sc.senac.br/navus/article/view/444/pdf>

REIS, J. Diferenciação e mudança: do rural ao território. IN: REIS, J. *Ensaio de economia impura*. Coimbra: Ed. Almedina, 2007. pp. 193-209.

TECCHIO, A. *et al.* Desenvolvimento territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a abordagem a cesta de bens e serviços territoriais. *Revista Política e Planejamento Regional*, v.8, n. 1, p. 1-20, 2021.